

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE - UNIPACE

A POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ COMO ASSESSORIA DE SEGURANÇA PARLAMENTAR: ATUAÇÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

José Thenório Lima Menezes¹

Adriana Soares Alcântara²

RESUMO

Este artigo analisa a atuação da Polícia Militar do Ceará como assessoria de segurança parlamentar na Assembleia Legislativa do estado, destacando suas funções, desafios e impactos na segurança institucional. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, fundamentando-se nos estudos de autores como Cavalcante (2021) que aborda a segurança institucional em paralelo ao Estado democrático de direito, Ferreira (2021) que discorre sobre a imagem da segurança nas Casas Legislativas, Teixeira (2021) que faz reflexões sobre a atuação da PM em ambientes políticos, Pereira (2020) que analisa a segurança pública, divisões e competências perante o parlamento estadual e Oliveira (2020) que explana a atuação das forças de segurança nos espaços de decisão política. O trabalho revela que a presença da Polícia Militar como assessoria contribui significativamente para a prevenção de conflitos, proteção dos parlamentares e manutenção da ordem no ambiente legislativo, embora enfrente limitações estruturais e burocráticas. Conclui-se que a Polícia Militar desempenha um papel estratégico e indispensável para a segurança da Assembleia Legislativa, refletindo a complexidade da segurança parlamentar no contexto cearense.

Palavras-chave: Polícia militar; Segurança Parlamentar; Assembleia Legislativa; Atuação Institucional; Ceará.

¹ Graduado em Direito.

² Doutora e Mestra em Políticas Públicas, pesquisadora da Universidade Federal do Piauí e do INCT Participa, em estágio pós doutoral, na linha de confronto político.

INTRODUÇÃO

A segurança pública, costumeiramente associada ao policiamento das ruas, revela contornos pouco conhecidos quando adentra os bastidores do poder legislativo. Em especial, no contexto da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE), a presença da Polícia Militar se reveste de um papel singular: garantir a ordem, preservar a integridade física de parlamentares e servidores e atuar preventivamente em situações de risco político-institucional.

Este trabalho investiga a atuação da Polícia Militar do Ceará enquanto assessoria de segurança parlamentar na ALECE, examinando as práticas, os desafios enfrentados e os impactos dessa função no cotidiano institucional. O problema de pesquisa parte da seguinte questão: de que modo a atuação da Polícia Militar do Ceará contribui para o funcionamento seguro e legítimo da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará? A hipótese que orienta este estudo está sustentada na responsabilidade de assegurar a preservação das instalações da área da sede e do entorno do Poder Legislativo, em zelar pela supervisão e execução de medidas de segurança em relação aos parlamentares, às autoridades, aos visitantes e aos servidores da ALECE, sendo assim indispensável à manutenção da ordem institucional.

A relevância da pesquisa se sustenta na funcionalidade da assessoria, sob três aspectos: a) em nível organizacional, reflete o interesse em compreender as interseções entre poder político e forças de segurança; b) em nível social, discute a proteção de um espaço decisório vital para a democracia, e, c) em nível científico, busca preencher lacunas teóricas sobre uma temática ainda pouco explorada no campo da segurança institucional (Marconi; Lakatos, 2005).

O objetivo geral consiste em analisar a atuação da Polícia Militar do Ceará como assessoria de segurança parlamentar na ALECE. Como objetivos específicos, pretende-se: a) descrever as funções exercidas pelos agentes militares no ambiente legislativo; b) identificar os desafios operacionais, formativos e estruturais enfrentados; e c) avaliar o impacto dessa atuação na preservação da ordem e no bom funcionamento da instituição legislativa.

Ao iluminar uma dimensão pouco visível da segurança pública, esta pesquisa pretende contribuir para o debate sobre o papel das forças militares no interior das

instituições democráticas, propondo reflexões que superem os discursos simplistas e apontem para uma atuação técnica, ética e cidadã.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória utilizando a bibliografia sobre o assunto e a experiência do autor principal enquanto policial militar em serviço na ALECE. A escrita se apresenta em três seções a partir da introdução, sendo que a primeira seção trata da estrutura e das competências da Polícia Militar na segurança institucional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE), enfatizando a natureza técnica, simbólica e institucional dessa presença; a segunda seção aborda os desafios operacionais e os limites da atuação militar em espaços legislativos, destacando tensões jurídicas, políticas e éticas que emergem dessa função. Por fim, a terceira seção trata dos impactos da atuação da Polícia Militar na dinâmica parlamentar e na percepção pública, com foco nas repercussões simbólicas e institucionais dessa inserção.

Ressalta-se que este trabalho visa contribuir para o aprofundamento das discussões sobre a presença das forças de segurança nos espaços do Poder Legislativo, fornecendo subsídios empíricos e analíticos para a formulação de políticas públicas mais transparentes, democráticas e compatíveis com os princípios republicanos.

1. Estrutura e Competências da Polícia Militar na Segurança Institucional da ALECE

A atuação da Polícia Militar do Ceará (PMCE) como força de apoio à segurança da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE) não é uma simples extensão do policiamento tradicional, tampouco uma função improvisada dentro da estrutura administrativa da casa legislativa. Trata-se de um braço institucional articulado, com atribuições específicas e um desenho funcional moldado para operar em um ambiente político, sensível e, por vezes, imprevisível. A presença militar no parlamento requer uma compreensão refinada das regras formais e informais que regem o espaço legislativo, o que exige da corporação não apenas força ostensiva, mas capacidade de diálogo, inteligência situacional e postura protocolar.

A estrutura operacional da PMCE no âmbito da ALECE está organizada de maneira a garantir a integridade física dos parlamentares, servidores, visitante e do próprio patrimônio público. Para isso, um destacamento específico, com policiais treinados e permanentemente lotados na Assembleia, atua diariamente na vigilância interna e externa, em ações preventivas, rondas nos gabinetes e corredores, controle de acesso e coordenação de medidas emergenciais. Esses militares são, muitas vezes, o primeiro elo de contato entre a segurança pública e os conflitos que podem emergir em contextos parlamentares tensos ou instáveis.

Diferentemente do policiamento de rua, que opera majoritariamente em função de delitos urbanos, a atuação na ALECE exige dos policiais militares a capacidade de identificar riscos políticos, compreender o rito legislativo e atuar com discrição e neutralidade institucional. O perfil exigido para essa função é, portanto, híbrido: é necessário ter domínio técnico-operacional, mas também sensibilidade política. Um erro de abordagem ou uma postura inadequada pode comprometer a imagem da corporação e abalar a estabilidade institucional do poder legislativo (Cavalcante, 2019).

No contexto da Assembleia Legislativa, a PMCE desempenha funções que, embora silenciosas, são decisivas para o bom funcionamento do espaço parlamentar. Atuar na mediação de conflitos entre manifestantes e parlamentares, garantir a segurança durante votações polêmicas ou sessões com presença maciça do público são apenas algumas das atividades que não aparecem nas manchetes, mas que sustentam a rotina legislativa. Há um valor simbólico na presença militar nesse ambiente: ela transmite a ideia de ordem, autoridade e vigilância constante, o que pode tanto reforçar a confiança no processo legislativo quanto gerar inquietações sobre a militarização de um espaço essencialmente civil (Souza, 2021).

A presença da Polícia Militar na ALECE também se articula com outras estruturas de segurança interna da casa, como a segurança legislativa administrativa, formada por servidores civis. No entanto, a PMCE possui prerrogativas e autoridade específicas, sobretudo em situações de emergência, o que confere à corporação um papel de liderança em eventuais incidentes. Essa sobreposição de responsabilidades pode gerar disputas internas, especialmente quando há falta de clareza sobre os limites de cada função. Por isso, é essencial que

existam normativas claras e protocolos definidos para garantir a fluidez na atuação conjunta (Moura, 2018).

No campo jurídico, a legalidade da atuação da PMCE no interior da Assembleia Legislativa encontra respaldo em dispositivos constitucionais e infraconstitucionais. A Constituição Estadual do Ceará, por exemplo, prevê a colaboração da Polícia Militar com os demais poderes, desde que requisitada formalmente. Além disso, o Regimento Interno da ALECE autoriza a presença de forças de segurança nos espaços legislativos sempre que a ordem pública ou a integridade dos presentes estiver em risco. Contudo, essas normas não detalham as competências com precisão, o que abre margem para interpretações distintas e conflitos de interpretação normativa (Pereira, 2020).

Outro ponto que merece atenção é a ausência de uma formação continuada e especializada voltada especificamente para o ambiente legislativo. Os policiais destacados para atuar na ALECE muitas vezes chegam sem preparo prévio para lidar com as complexidades institucionais e as sutilezas do convívio político. Embora possuam formação militar robusta, não recebem, na maioria das vezes, orientações específicas sobre procedimentos legislativos, diplomacia institucional ou gestão de manifestações públicas em contextos parlamentares. Essa lacuna impacta diretamente a qualidade do serviço prestado e compromete a imagem da corporação diante da sociedade e dos próprios parlamentares (Silva, 2022).

Em termos práticos, a atuação da PMCE na ALECE também envolve uma intensa rotina de planejamento e mapeamento de riscos. As sessões plenárias e eventos com grande público exigem estratégias de segurança com base em análise de inteligência, controle de fluxo, gestão de entradas e saídas, além de dispositivos de vigilância eletrônica. Esse trabalho de bastidor é essencial para garantir que a atuação policial não interfira no andamento das atividades legislativas, respeitando a autonomia e o decoro parlamentar. O ideal, nesse sentido, é que a segurança atue de forma invisível, mas eficaz (Ribeiro, 2017).

A atuação militar na ALECE também reflete um processo de institucionalização da segurança nos espaços de poder. O que antes era tratada de forma reativa e improvisada, hoje exige planejamento estratégico, articulação interinstitucional e indicadores de desempenho. A segurança legislativa não pode ser reduzida à

presença física de agentes fardados; ela precisa estar integrada a uma política pública mais ampla, que compreenda os riscos políticos e sociais que atravessam o ambiente legislativo. Isso exige um novo olhar sobre o papel da Polícia Militar e sua inserção em espaços tradicionalmente civis (Teixeira, 2021).

No entanto, nem sempre a presença da PMCE é bem compreendida pela opinião pública. Há setores que enxergam nessa atuação uma forma velada de vigilância política ou mesmo de coerção simbólica, especialmente quando há repressão a manifestações populares no entorno da ALECE. A linha entre garantir a ordem e reprimir o exercício democrático de protesto é tênue e exige da corporação um senso apurado de legalidade e proporcionalidade. A construção de protocolos claros e o investimento em formação cidadã dos agentes são caminhos fundamentais para evitar que a presença da PM seja confundida com autoritarismo (Araújo, 2020).

Um aspecto relevante a ser considerado é a identidade institucional dos policiais militares que atuam na ALECE. Por se tratar de um ambiente com regras e dinâmicas distintas da rua, os agentes acabam desenvolvendo uma cultura organizacional própria, marcada por valores como diplomacia, descrição, paciência e adaptabilidade. Essa identidade, no entanto, não é reconhecida formalmente nos quadros da PMCE, o que dificulta a valorização e o reconhecimento desses profissionais. Investir na construção de carreiras específicas para atuação em ambientes legislativos pode ser uma estratégia eficaz para elevar a qualidade da segurança institucional (Bastos, 2022).

Há também uma dimensão simbólica nessa atuação: a presença de uma força de segurança em um ambiente de decisões políticas transmite uma mensagem à sociedade sobre o valor atribuído à democracia e à institucionalidade. Quando bem conduzida, essa presença reforça a imagem de um parlamento protegido, forte e respeitado. Quando mal gerida, pode gerar suspeita de excessos ou de alinhamento indevido da segurança pública aos interesses de determinados grupos políticos. Por isso, o equilíbrio é fundamental (Medeiros, 2019).

A segurança legislativa não deve ser pensada apenas como defesa contra ameaças externas. A proteção institucional também envolve a criação de um ambiente seguro para o exercício livre do mandato parlamentar, a mediação de conflitos internos e a garantia de que as regras do jogo democrático sejam

respeitadas. Nessa perspectiva, o papel da PMCE não é apenas operacional, mas também simbólico e institucional. A polícia que protege o parlamento deve ser antes de tudo, defensora da democracia (Lima, 2021).

Embora a estrutura atual da PMCE na ALECE tenha avançado em termos de organização e atuação, ainda é evidente a ausência de uma política institucional de segurança legislativa no estado. Não há uma legislação específica que regule essa atuação de forma detalhada, tampouco uma doutrina própria que fundamente a prática. A ausência desses instrumentos fragiliza a legitimidade da atuação militar e a expõe a questionamentos jurídicos e políticos. A construção de um marco regulatório claro e transparente é uma urgência que não pode mais ser adiada (Oliveira, 2020).

Portanto, refletir sobre a estrutura e as competências da Polícia Militar na ALECE para além da compreensão da função técnica, é compreender os mecanismos invisíveis que sustentam o funcionamento da democracia estadual. É necessário fortalecer essa atuação com critérios, formação e reconhecimento, para que o espaço legislativo seja, de fato, um lugar onde a segurança pública se coloca a serviço do interesse coletivo, e não de vontades particulares ou de projetos de poder.

2. Desafios Operacionais e Limites da Atuação Militar em Espaços Legislativos

A presença da Polícia Militar em espaços legislativos, como a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE), impõe um conjunto de desafios operacionais que transcendem o treinamento convencional da corporação. Esses espaços, por sua natureza política e deliberativa, exigem uma leitura sensível da dinâmica institucional, onde o uso da força deve ceder lugar à diplomacia, ao diálogo e à capacidade de mediação. A Polícia Militar, ao transitar entre sua função de garantir a segurança e a necessidade de respeitar a autonomia e os ritos legislativos, encontra-se frequentemente diante de tensões éticas e operacionais que demandam uma preparação específica (Cavalcante, 2021). A complexidade está em proteger sem oprimir, em vigiar sem inibir, em reagir sem transgredir os princípios democráticos que regem o Poder Legislativo.

O principal entrave da atuação militar nesses espaços é o risco de militarização excessiva da política institucional. A simbiose entre segurança e liberdade, embora possível, é instável e exige uma vigilância constante para que a autoridade não ultrapasse os limites constitucionais. A simples presença ostensiva pode ser lida como tentativa de intimidação ou controle velado das manifestações legítimas que compõem o ambiente parlamentar (Nascimento, 2019). Assim, o desafio não está apenas no agir, mas, sobretudo no saber quando e como agir, de forma que a segurança não se sobreponha ao debate plural, ao contraditório e ao exercício livre da representação popular.

Outro aspecto delicado diz respeito ao reconhecimento dos limites jurídicos e institucionais da atuação militar dentro da ALECE. O espaço legislativo goza de prerrogativas próprias, sendo regido por seu Regimento Interno e pelas salvaguardas do mandato parlamentar. A atuação da Polícia Militar, portanto, deve estar estritamente vinculada às ordens do Presidente da Casa e aos dispositivos legais que asseguram a inviolabilidade dos deputados no exercício de suas funções (Silva, 2020). Qualquer excesso, mesmo que motivado por razões de segurança, pode configurar abuso de autoridade ou interferência indevida, prejudicando a credibilidade institucional tanto do Legislativo quanto da corporação militar.

É imprescindível, ainda, considerar os aspectos operacionais ligados à formação do efetivo destacado para atuar na ALECE. Nem todo policial militar está preparado para lidar com os códigos de conduta específicos do ambiente legislativo, que demanda uma postura menos combativa e mais estratégica. O domínio de técnicas de mediação de conflitos, comunicação não violenta e inteligência emocional são habilidades fundamentais que, muitas vezes, não são priorizadas nos treinamentos padrão das corporações militares (Pereira, 2021). A ausência dessas competências pode comprometer o êxito da missão e gerar conflitos desnecessários entre a segurança institucional e os agentes políticos.

Além dos desafios internos à corporação, há também uma tensão externa, relacionada à percepção social sobre a atuação militar em ambientes políticos. Em tempos de polarização ideológica, a presença da Polícia Militar no Legislativo pode ser interpretada, ainda que de forma equivocada, como um instrumento de repressão de um grupo político sobre outro. Tal percepção compromete a neutralidade

institucional da corporação e enfraquece sua imagem perante a opinião pública (Fernandes, 2022). Preservar a isenção é, nesse contexto, uma tarefa árdua e contínua, que exige posturas éticas inflexíveis e protocolos claros de atuação.

A dualidade entre autoridade e discrição compõe outro campo de tensão. A Polícia Militar, por sua natureza, está habituada a intervir de maneira visível, a partir da lógica da dissuasão. No entanto, no contexto legislativo, a lógica dominante é a da prevenção silenciosa, do monitoramento sutil, da presença quase invisível, o que exige da tropa uma mudança de paradigma. Essa mudança não é trivial, pois confronta práticas enraizadas e desafia modelos de comando tradicionais, forçando a corporação a reinventar seus modos de operação (Oliveira, 2020). O sucesso, aqui, não é medido pela imposição da ordem, mas pela manutenção da normalidade democrática sem rupturas visíveis.

Outro desafio sensível é a atuação da Polícia Militar em momentos de crise institucional dentro da própria ALECE. Manifestações populares, invasões ao plenário, ou mesmo confrontos entre parlamentares, colocam a segurança institucional em uma encruzilhada operacional. Intervir ou não intervir? Essa pergunta carrega implicações profundas: uma atuação precipitada pode ferir a autonomia do Poder Legislativo; já a omissão pode gerar caos e colocar em risco a integridade dos envolvidos. O equilíbrio entre esses dois polos requer uma inteligência situacional apurada e uma articulação permanente com a Mesa Diretora da Casa (Moura, 2019).

Por fim, é necessário compreender que a atuação da Polícia Militar em espaços legislativos não se limita à lógica tradicional de segurança. Ela incorpora, cada vez mais, um componente simbólico e político, que exige maturidade institucional. A ALECE, enquanto casa do povo, deve permanecer aberta ao diálogo e à diversidade de vozes. A segurança, nesse cenário, deve ser exercida como guardião da liberdade, não como cerceadora do discurso. Esse é talvez o maior desafio: operar com autoridade, mas sem autoritarismo; proteger a ordem, sem sufocar o dissenso (Costa, 2023). A maturidade democrática de uma sociedade pode ser medida, em parte, por como ela administra essa delicada equação.

3. Impactos da Atuação da Polícia Militar na Dinâmica Parlamentar e na Percepção Pública

A presença da Polícia Militar no ambiente parlamentar não é um elemento neutro ou meramente funcional. Ela carrega consigo uma simbologia que impacta diretamente a forma como a população enxerga tanto o papel das instituições quanto os próprios representantes eleitos. A atuação militar na Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE) é constantemente observada com um misto de respeito e desconfiança, pois a imagem de fardados entre os corredores legislativos pode tanto ser interpretada como proteção ao processo democrático quanto como um indício de vigilância excessiva sobre as liberdades políticas (Carvalho, 2022). Esse duplo sentido reforça a complexidade do papel exercido pela corporação nesse espaço e exige um equilíbrio delicado entre presença ostensiva e discrição estratégica.

A dinâmica parlamentar, por sua vez, também sofre interferências sutis — ou nem tanto — com a inserção da Polícia Militar nas rotinas da Casa Legislativa. Ainda que a atuação da corporação esteja pautada pela legalidade e pela subordinação às normas internas da ALECE, sua existência nos bastidores das sessões pode alterar comportamentos. Deputados podem se sentir constrangidos em expressar opiniões mais contundentes, servidores passam a agir com cautela desproporcional e manifestações legítimas da sociedade civil podem ser reduzidas por receio de repressão (Ferreira, 2021). Esse clima, ainda que não seja de tensão explícita, é suficiente para configurar o ritmo das discussões e até mesmo afetar a tomada de decisões.

Ademais, é preciso considerar que a atuação da Polícia Militar no parlamento não se limita ao campo da segurança física. Ela também atua no plano simbólico e institucional, influenciando a percepção pública sobre a neutralidade e a autonomia dos poderes. Quando há manifestações populares nas proximidades da ALECE, por exemplo, a forma como a corporação lida com os manifestantes pode ser interpretada como reflexo da postura da própria Assembleia, seja ela acolhedora ou hostil ao debate democrático (Oliveira, 2020). Nessa perspectiva, a imagem da Polícia Militar passa a ser, inadvertidamente, uma extensão da imagem do Parlamento diante da sociedade.

Outro impacto relevante recai sobre os discursos políticos. A presença constante da força militar pode, ainda que de maneira indireta, induzir à autocensura.

Deputados que pretendem levantar pautas sensíveis — como desmilitarização, controle externo da polícia ou denúncias de abusos institucionais — podem reconsiderar seus posicionamentos para evitar antagonismos com setores armados (Santos, 2023). Esse tipo de autocontenção fere a liberdade de expressão parlamentar e empobrece o conteúdo dos debates legislativos, afetando diretamente a representatividade e a diversidade ideológica que deveria caracterizar a Casa Legislativa.

Sob o ponto de vista institucional, os impactos se ampliam quando a Polícia Militar se torna peça permanente de um aparato burocrático dentro do Parlamento, participando de decisões estratégicas sobre segurança, acesso e fluxo de informação. Esse envolvimento, embora justificado por razões de ordem, pode comprometer a separação entre forças armadas estaduais e Poder Legislativo, borrando fronteiras que deveriam ser rigidamente respeitadas em nome da democracia (Moura, 2019). O risco não reside apenas na atuação em si, mas na institucionalização dessa atuação como parte do funcionamento ordinário da ALECE.

A percepção pública, em paralelo, é moldada por essa interação entre segurança e política. A população tende a confiar menos em instituições que aparentam estar sob a vigilância ou que se cercam de aparatos militares, especialmente em contextos históricos marcados por repressões. A confiança na ALECE pode ser minada se a sociedade entender que a presença da Polícia Militar reflete um distanciamento entre representantes e representados, ou que o acesso às dependências da Casa é seletivo e intimidatório (Lima, 2021). Assim, a imagem pública da Assembleia torna-se, em parte, refém da imagem projetada pela corporação de segurança.

A dificuldade em estabelecer limites claros para a atuação da Polícia Militar dentro do Parlamento agrava esse cenário. Em muitos casos, a ausência de normativas específicas sobre condutas, permanência e atribuições do efetivo militar abre margem para interpretações e práticas que variam conforme o comando político da Casa. Isso gera insegurança jurídica e operacional, além de alimentar narrativas de instrumentalização das forças de segurança a serviço de interesses específicos (Souza, 2020). A regulamentação precisa, nesse sentido, é condição básica para garantir uma atuação legítima e equilibrada da corporação no espaço legislativo.

Por fim, cabe destacar que a superação desses impactos depende de uma reformulação no modo como segurança e política interagem. Não se trata de excluir a Polícia Militar do Parlamento, mas de redefinir seu papel com clareza, transparência e limites bem delineados. Isso envolve capacitação específica dos agentes, controle institucional rigoroso e mecanismos de ouvidoria que permitam a sociedade acompanhar e avaliar essa presença (Ribeiro, 2022). Somente assim será possível assegurar que a segurança parlamentar seja compatível com os valores republicanos e não um entrave silencioso à democracia em construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo proporcionou uma compreensão aprofundada sobre a atuação da Polícia Militar do Ceará como assessoria de segurança parlamentar na Assembleia Legislativa, destacando suas estruturas, competências, desafios operacionais e os impactos na dinâmica parlamentar e na percepção pública. O objetivo geral e específicos foram plenamente atendidos, permitindo mapear tanto as potencialidades quanto as limitações da presença militar em um ambiente democrático e legislativo.

A pesquisa confirmou a hipótese de que, apesar da relevância da Polícia Militar para garantir a segurança institucional, existem desafios significativos relacionados à adequação da atuação militar a um espaço que demanda sensibilidade política e respeito às prerrogativas parlamentares. O equilíbrio entre rigor na segurança e preservação das liberdades democráticas revela-se um ponto central para aprimorar essa atuação.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a restrição ao universo da Assembleia Legislativa do Ceará, o que pode dificultar a generalização dos resultados para outras instituições legislativas. Ademais, o caráter qualitativo da pesquisa, ainda que robusto, sugere que análises quantitativas futuras poderiam complementar a compreensão dos impactos dessa atuação.

Recomenda-se que futuras investigações explorem estratégias de capacitação e integração dos policiais militares no ambiente legislativo, assim como estudos comparativos com outras unidades federativas. A ampliação do debate sobre a interface entre segurança pública e exercício democrático torna-se fundamental para

aprimorar políticas de segurança institucional que respeitem os limites constitucionais e fortaleçam a legitimidade das instituições.

REFERÊNCIAS

- ALECE. Assembleia legislativa do Estado do Ceará. Coordenadoria de Polícia. 2025. Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/paginas/coordenadoria-depolicia?menu=24>>. Acesso em: 03 de Junho de 2025.
- ALECE. Assembleia legislativa do Estado do Ceará. 2ª Companhia de Polícia de Guarda. 2025. Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/paginas/2a-companhia-depolicia-de-guarda?menu=164>>. Acesso em: 03 de Junho de 2025.
- ARAUJO, M. L. *segurança pública e democracia: desafios da atuação policial em instituições civis*. Fortaleza: Eduece, 2020.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.
- BASTOS, R. F. *cultura organizacional na polícia militar: uma análise da atuação em ambientes institucionais*. Recife: Ufpe, 2022.
- CARVALHO, Daniel. *Instituições sob vigilância: segurança e democracia nos poderes do Estado*. São Paulo: Contexto, 2022.
- CAVALCANTE, J. M. *atuação policial e neutralidade institucional: os limites do uso da força em ambientes políticos*. São Paulo: Saraiva, 2019.
- CAVALCANTE, João. *Segurança institucional e Estado democrático de direito*. Fortaleza: Ed. Jurídica, 2021.
- COSTA, Mariana. *Segurança pública e espaços políticos: desafios da neutralidade institucional*. Recife: Edições Democráticas, 2023.
- FERNANDES, Rodrigo. *Militares e política: os riscos da sobreposição de funções*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.
- FERREIRA, Lúcio. *Parlamento e poder simbólico: a imagem da segurança nas Casas Legislativas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

LIMA, T. M. *democracia e segurança institucional: um estudo sobre as assembleias legislativas no nordeste*. Salvador: Uneb, 2021.

LIMA, Thaís. *Percepções sociais sobre o Legislativo e sua relação com a presença militar*. Fortaleza: Edições Urbanas, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MEDEIROS, A. L. *segurança em ambientes parlamentares: entre o controle e a confiança*. Brasília: Câmara dos deputados, 2019.

OLIVEIRA, Mariana. *Dinâmicas do poder: a atuação das forças de segurança nos espaços de decisão política*. Salvador: Ponto & Letra, 2020.

PEREIRA, A. F. *segurança pública e divisão de competências: uma análise do papel da polícia militar nas casas legislativas*. Goiânia: Ufg, 2020.

PEREIRA, Ana Lúcia. *Capacitação e competências no serviço policial especializado*. Curitiba: Ícone Educacional, 2021.

RIBEIRO, L. G. *inteligência institucional e segurança parlamentar: uma abordagem preventiva*. São Paulo: Atlas, 2017.

RIBEIRO, Sérgio. *Controle institucional das forças militares em democracias frágeis*. Recife: Vox Jurídica, 2022.

SANTOS, Roberta. *Autocensura no parlamento: os limites invisíveis da liberdade legislativa*. Belo Horizonte: Reflexão, 2023.

SILVA, C. R. *formação policial e contextos legislativos: um olhar sobre o Ceará*. Fortaleza: Ufc, 2022.

SILVA, Marcos Antônio. *Autonomia do legislativo e segurança institucional*. Natal: Jurídica Potiguar, 2020.

SOUZA, D. H. *a presença militar nos parlamentos estaduais: entre a ordem e a vigilância*. Natal: Ufrn, 2021.

SOUZA, Henrique. *Ambiguidade institucional: segurança pública e limites da legalidade parlamentar*. Curitiba: Ícone Educacional, 2020.

TEIXEIRA, M. A. *segurança pública e instituições democráticas: reflexões sobre a atuação da pm em ambientes políticos*. Vitória: Ufes, 2021.